

Domingos de Figueiredo, Regina Érika

Cuidar da saúde do vizinho: atuação do antropólogo Charles Wagley no Serviço Especial de Saúde Pública

História, Ciências, Saúde - Manguinhos, vol. 21, núm. 4, octubre-diciembre, 2014, pp. 1417-1436

Fundação Oswaldo Cruz

Rio de Janeiro, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=386134013018>



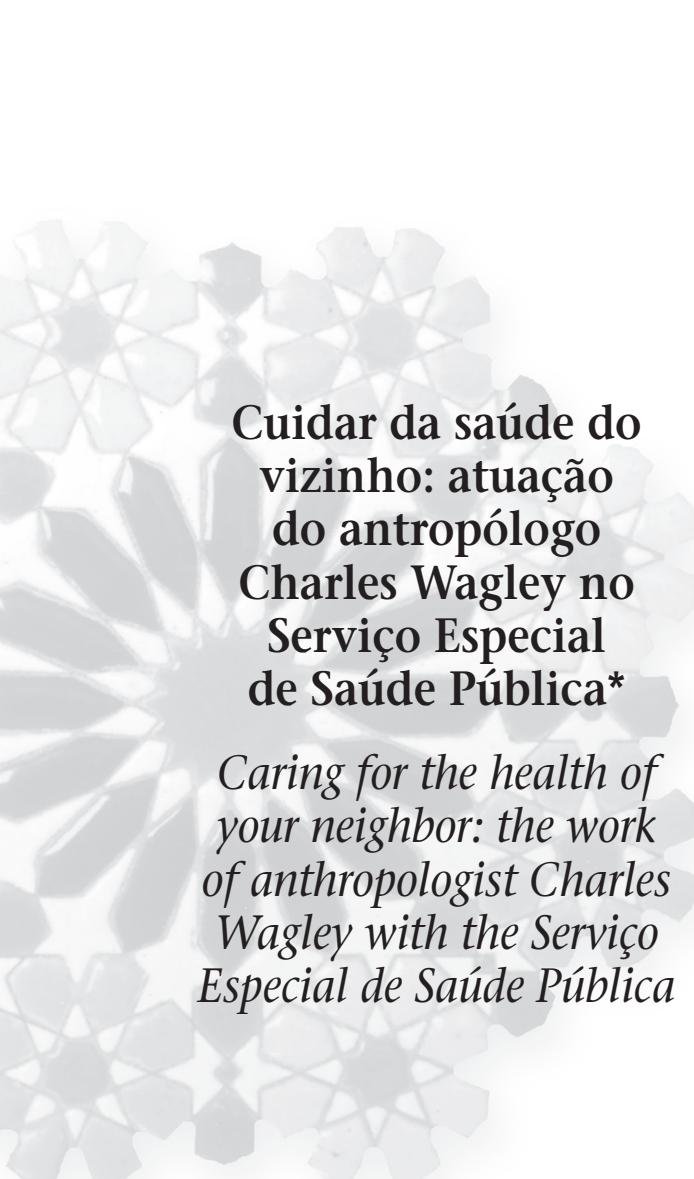
História, Ciências, Saúde - Manguinhos,

ISSN (Versão impressa): 0104-5970

hscience@coc.fiocruz.br

Fundação Oswaldo Cruz

Brasil



Cuidar da saúde do vizinho: atuação do antropólogo Charles Wagley no Serviço Especial de Saúde Pública*

Caring for the health of your neighbor: the work of anthropologist Charles Wagley with the Serviço Especial de Saúde Pública

Regina Érika Domingos de Figueiredo

Antropóloga.

Av. Dr. Carlos Botelho, 2319
13560-250 – São Carlos – SP – Brasil
erikafido@yahoo.com

Recebido para publicação em março de 2012.
Aprovado para publicação em junho de 2012.

<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702014005000016>

FIGUEIREDO, Regina Érika Domingos de. Cuidar da saúde do vizinho: atuação do antropólogo Charles Wagley no Serviço Especial de Saúde Pública. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.21, n.4, out.-dez. 2014, p.1417-1436.

Resumo

Recupera a atuação do antropólogo Charles Wagley como alto funcionário do Serviço Especial de Saúde Pública, programa de cooperação estabelecido entre EUA e Brasil na Segunda Guerra Mundial. Convocado a colaborar nos esforços de guerra, atuou na política de migração do Programa da Borracha. À luz dessa experiência de intervenção, do contexto marcado pela promoção do desenvolvimento e por questões então prementes no campo da antropologia, este estudo propõe-se retomar a obra *Uma comunidade amazônica*. Trata-se de discutir o estudo de comunidade conduzido na localidade amazônica que Wagley conheceu ainda durante as missões do Serviço e cuja realidade considerou ilustrativa de uma região subdesenvolvida, levando-o a refletir sobre mudança social e o papel das ciências.

Palavras-chave: antropologia; saúde pública; Serviço Especial de Saúde Pública; Amazônia; Charles Wagley (1913-1992).

Abstract

The article focuses on the work of Charles Wagley as a top staff member with Serviço Especial de Saúde Pública (Special Public Health Service), a US-Brazil cooperation program established during World War II. Taking into consideration Wagley's experience with migration policy under Brazil's Rubber Program, as well as the context of development promotion and the issues then on the anthropological agenda, the article explores Wagley's community study of the Amazon town he visited while on SESP missions, published in the book *Uma comunidade amazônica* (Amazon Town). Encountering a reality that he believed emblematic of underdevelopment, Wagley was led to reflect on social change and the role of science.

Keywords: anthropology; public health; Serviço Especial de Saúde Pública; Amazon; Charles Wagley (1913-1992).

Era noite no Vale Amazônico. No barracão normalmente destinado a festas e à rama-da – dança típica da região amazônica – a população de Gurupá se reúne para assistir, com expectativa, à exibição de filmes educativos. Na verdade, a técnica audiovisual utilizada é simples, sendo chamada de *slide sounds* ou “lanterna mágica falada”. Com o uso de um gerador e de uma vitrola, cenas são projetadas na tela de lençol improvisada na parede do barracão, e as pessoas assistem à história da família do filme *Malária*, acompanhando a voz do narrador que ensina como é transmitida a doença. Na mesma noite, são exibidos ainda outros quatro filmes: *Verminose*, *Maria Pernilonga*, *Protegendo nossos filhos* e *Alimentação*. Ao final, conclui-se que a sessão foi um sucesso.¹

Entre os responsáveis pela experiência de exibição de filmes educativos em saúde para comunidades amazônicas está o antropólogo Charles Wagley (1913-1992).²

Wagley integrava, na época, os quadros administrativos do Sesp, agência bilateral mantida pelo governo brasileiro e pelo Instituto de Assuntos Interamericanos dos EUA, e era um dos idealizadores do programa de educação sanitária daquele organismo. Durante a estada em Gurupá, ele se empenhou na realização de inquéritos sobre os hábitos da população com respeito à saúde. Estábamos então no ano de 1945. Algum tempo depois, já no pós-guerra, e não mais como funcionário do Sesp, Wagley retornou a Gurupá para realizar um estudo etnográfico que se materializou em uma de suas principais obras: *Uma comunidade amazônica* (1953).

Charles Wagley foi o primeiro antropólogo contratado pela principal agência norte-americana de cooperação e assistência técnica em saúde em operação durante e após a Segunda Guerra Mundial, o Instituto de Assuntos Interamericanos (Iaia), que era responsável pelos serviços sanitários bilaterais implantados em vários países do continente. Em 1951, o Iaia voltou a investir na aplicação da *expertise* antropológica a programas internacionais de saúde pública, ao estabelecer um convênio com o Instituto de Antropologia Social da Smithsonian Institution.³ Da mesma forma, o Sesp, por meio da criação de uma Seção de Pesquisa Social, continuou a apostar na incorporação de cientistas sociais para atuar ao lado de sanitaristas e educadores no aprimoramento de sua política de educação em saúde.⁴ Tais iniciativas sinalizam que a passagem de Wagley pelas duas agências e, sobretudo, sua experiência na direção do programa de educação sanitária brasileiro não deixaram de ser significativas do ponto de vista da posterior associação da antropologia à agenda da saúde pública no pós-guerra.⁵

Nesse sentido, a proposta deste trabalho é recuperar a atuação de Charles Wagley no Brasil durante a Segunda Guerra Mundial, como alto funcionário do programa cooperativo interamericano de saúde pública, e discutir, à luz dessa experiência, do contexto da época e de questões então prementes no campo da antropologia, o estudo de comunidade produzido posteriormente por ele sobre Gurupá – a pequena localidade amazônica que conheceu nas missões do Sesp.

Charles Wagley, o esforço de guerra e a batalha da borracha

O Sesp foi pioneiro na utilização de estudos antropológicos para o aprimoramento de programas de saúde pública no Brasil. Ainda na fase de implantação do serviço, em 1942, sob encomenda do Iaia, Charles Wagley procedeu à realização de algumas pesquisas, nas

regiões Nordeste e Norte, centradas no problema da seca e na migração de trabalhadores nordestinos para o Vale Amazônico. A finalidade dos levantamentos era oferecer subsídios para a organização de um Programa de Migração, financiado pela Rubber Reserve Corporation, como parte do Programa da Amazônia que estava sendo implantado pelo Sesp.

A criação do Sesp resultou do estabelecimento de um programa de cooperação de guerra entre os governos do Brasil e dos EUA, selado durante a Conferência do Rio de Janeiro, em 1942, quando foram firmados vários acordos que versavam sobre comércio, assistência técnica, produção de materiais estratégicos, além de políticas sanitárias. Pelos “Acordos de Washington”, como ficaram conhecidos, o Brasil tomava oficialmente o lado dos países aliados contra as forças do eixo, consentia na utilização pelas tropas norte-americanas de bases militares no Nordeste e se comprometia a abastecer a indústria bélica dos EUA com matérias-primas estratégicas (borracha e minérios). Do ponto de vista do governo Vargas, o programa cooperativo representava uma oportunidade de contar com o financiamento norte-americano para o povoamento e desenvolvimento da Amazônia por meio da reativação da economia da borracha e da nova política de migração, além da expansão dos serviços médico-sanitários locais. A incumbência do Sesp dentro do Programa da Borracha era fornecer assistência médica-sanitária aos seringueiros na Amazônia e aos migrantes nordestinos recrutados e transportados pelo governo para trabalhar nos seringais (Campos, 2006).

A questão dos migrantes nordestinos revelava-se central para o Sesp, uma vez que o fornecimento de mão de obra para os seringais tinha se colocado como uma necessidade premente. Tão logo o Programa da Borracha entrou em operação, os técnicos norte-americanos no Brasil se deram conta de que, além das condições sanitárias precárias e das doenças que ameaçavam a saúde dos seringueiros, o outro grande obstáculo ao incremento da produção de borracha para a indústria bélica era a escassez de trabalhadores. Os relatórios mencionavam a densidade populacional extremamente baixa dos Estados do Amazonas, Pará e Acre como um problema, mas não falavam das relações de trabalho nos seringais – que beiravam a escravidão devido à inexorável condição de endividamento vivida pelo seringueiro – como um dos fatores que afastavam os trabalhadores. Os norte-americanos chegaram até a cogitar o uso de trabalho indígena nos seringais, consultando para isso o Serviço de Proteção aos Índios (SPI). A alternativa que se mostrou viável foi recorrer aos migrantes que historicamente já se deslocavam espontaneamente para a Amazônia a fim de escapar das secas periódicas que vitimavam alguns estados da região Nordeste (Campos, 2006).

Segundo relato do próprio Wagley, ele foi convidado a integrar a missão técnica brasileira do Iaia pelo general George C. Dunham, diretor da Divisão de Saneamento e Saúde do Instituto (Wagley, 1977; Rosa, 1993). Wagley esclarece que, com o envolvimento do Brasil no conflito mundial ao lado dos aliados, o país se tornou importante e, assim, “todos os que falavam português ou tinham viajado pelo Brasil prestaram serviços como observadores. ... Havia pouca gente que conhecia aquele país importante e misterioso, e era preciso ajudar durante a Guerra, em várias tarefas” (Meihy, 1987, p.122-123). Wagley faz tudo parecer muito casual, informando que recebeu o convite do general Durham para servir no Sesp quando o encontrou no voo dos EUA para o Brasil (Rosa, 1993). Mas, como a correspondência de Wagley para a diretora do Museu Nacional, dona Heloisa Alberto Torres, indica, ele já esperava ter de servir

a seu país durante a guerra e nutria esperanças de que pudesse ser útil de alguma forma, sem ter de deixar o Brasil.⁶

A entrada dos EUA na Segunda Guerra Mundial, em fins de 1941, favoreceu o recrutamento de especialistas e a mobilização de cientistas para colaborar com as agências do governo. Evidentemente, algumas áreas de pesquisa aplicada foram mais requisitadas, destacando-se, por exemplo, aquelas ligadas ao desenvolvimento de armamentos e de tecnologia médica. Entretanto, ainda que a contribuição da *hard science* tenha sido muito mais acentuada que a de outras áreas, também os institutos voltados para a pesquisa básica tiveram suas atividades afetadas pelos esforços de guerra, como no caso da Smithsonian Institution, por exemplo (Henson, 2000). Nessa conjuntura favorável ao ativismo de cientistas e acadêmicos, os antropólogos emergem como personagens atuantes. É bem conhecido o envolvimento, durante a guerra, de nomes do *establishment* antropológico dos EUA como Margaret Mead, Ruth Benedict, Clyde Kluckhohn, Geoffrey Gorer, Cora Du Bois e George Murdock com instituições militares e agências de inteligência do Estado (Yans-McLaughlin, 1986).

Menos visível foi a atuação dos antropólogos sem renome e dos recém-iniciados na disciplina. Em uma carta escrita em 1942, o próprio Wagley (1942a) refere-se aos “milhares de antropólogos trabalhando agora em Washington”,⁷ o que parece uma estimativa bastante exagerada. George Foster, por exemplo, menciona 150 antropólogos comprometidos com os esforços de guerra. No entanto, devemos levar em conta que alguns, como o próprio Wagley, estavam a serviço do governo no exterior.

Logo ao iniciar sua atuação no Iaia, em uma carta dirigida à dona Heloisa Alberto Torres, Wagley esclarece a natureza do trabalho que ele desenvolveu para o serviço cooperativo em implantação:

O trabalho que estou fazendo não é 100% etnologia, e não será – nem o de Eduardo será se ele puder vir. Tenho acompanhado o progresso dos *imigrantes do Nordeste** e preparado relatórios curtos sobre regiões específicas depois de falar com *seringalistas** aqui em Belém e em Manaus e de analisar estatísticas governamentais e trabalhar com elas. Esses relatórios são usados como base para a construção de Postos de Saúde* e para distribuição de medicamentos etc. Mais adiante, deverei viajar, fazendo relatórios de várias regiões. Quero um assistente para viajar e trabalhar comigo. Apesar de ser de certa maneira algo fora do campo da etnologia, creio que seria útil para Eduardo – viagem e pesquisa, mesmo se breve. ...

Nossos estudos seriam uma espécie de trabalho de *proteger o seringueiro** e de garantir que ele receba o que lhe é destinado (Corrêa, Mello, 2008, p.274-275; destaque e sinais no original).⁸

Entre as tarefas desempenhadas por Wagley, como antropólogo contratado pelo Iaia, estavam a realização de *surveys* e investigações de campo, bem como a produção de relatórios sobre a situação dos refugiados da seca no Nordeste e sobre o deslocamento de trabalhadores nordestinos para a Amazônia, que então era acompanhado pelo Departamento Nacional de Imigração (DNI) (Campos, 2006).

Em um dos relatórios apresentados ao Iaia, Wagley retrata a situação da população atingida pela seca nos Estados do Ceará e Paraíba, os efeitos sociais devastadores do fenômeno e o problema da fome disseminada que levava o sertanejo a retirar, migrar de sua terra. Segundo

ele, muitos sertanejos estavam dispostos a migrar para a Amazônia por causa da condição de escassez em que viviam e da possibilidade de ganhar melhores salários nos seringais, apesar de não se mostrarem muito bem informados a respeito da existência de uma ajuda oficial para essa migração.⁹

Contudo, por parte das autoridades e dos comerciantes locais havia oposição ao incentivo governamental à evasão de trabalhadores, devido ao temor de que isso levasse à escassez de mão de obra e também devido à convicção de que seria melhor se o governo investisse mais na assistência aos refugiados da seca. A despeito dessa tendência contrária, Wagley sugere a construção de estações para selecionar e recepcionar os possíveis migrantes, concluindo que um plano de migração e colonização seria mais necessário que medidas emergenciais. Além de fornecer uma avaliação da assistência oferecida pelos órgãos oficiais aos trabalhadores nordestinos que migravam, geralmente com suas famílias, para a Amazônia, os relatórios revelam que apenas uma ínfima parcela dos migrantes que chegavam a Belém e Manaus se dirigia aos seringais (a maioria buscava ocupação na agricultura familiar), apontando a necessidade de mudança na política de recrutamento de trabalhadores para os seringais, já que o objetivo era aumentar a produção de borracha para a indústria bética. Entretanto, Wagley também assinala que, devido à dependência demonstrada pelo Estado do Pará com relação aos produtos alimentícios importados de outros estados e ao risco de que a população enfrentasse escassez de alimentos, não deixava de ser salutar a iniciativa dos migrantes de se dedicar à produção agrícola local (Wagley, 1942c, p.1-3). De fato, ele identifica um sério problema de abastecimento de alimentos que poderia afetar o Programa da Borracha: "Sem um adequado suprimento de comida, será impossível conduzir um grande programa de produção de borracha e, em face do perigo de uma real carência de alimentos, nós não podemos dar qualquer segurança ao grande número de imigrantes do Nordeste do Brasil que estão sendo transportados para o Vale Amazônico no esforço de aumentar a coleta de borracha" (Wagley, 1942c, p.1).

Com base nas conversas com prefeitos e autoridades locais e em suas próprias observações, o autor recomenda a adoção de medidas como: o incentivo à colonização da terra, incluindo a doação de terras em um sistema de cooperativa, para evitar que os migrantes caíssem na rede de endividamento mantida por comerciantes e grandes proprietários locais, e o assentamento dos trabalhadores onde eles pudessesem simultaneamente coletar a borracha e manter uma plantação para sua subsistência.¹⁰

Com a organização do Programa de Migração do Sesp em 1943, Charles Wagley converte-se em seu primeiro diretor. Permanece nessa função durante um intervalo curto de tempo, já que em junho do mesmo ano assume o cargo de assistente do superintendente do Sesp (Bastos, 1996). Durante todo esse período, as informações sobre sua atuação são escassas. Todavia, como o estudo primoroso de André Campos relata, a política de trazer migrantes nordestinos para os seringais amazônicos foi desastrosa em vários sentidos, resultando no polêmico capítulo da nossa história conhecido como a "batalha da borracha". O recrutamento e transporte de trabalhadores, frequentemente acompanhados de suas famílias, até os seringais foi organizado pelo DNI e pelas novas agências criadas pelo governo brasileiro, a saber, o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (Semta) e a Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico (Sava). Na divisão de

tarefas, cabia ao Sesp fornecer assistência médica às famílias migrantes e aos trabalhadores nas estações e alojamentos do DNI e do Semta, e inspecionar as condições sanitárias desses locais. Os funcionários do Sesp deviam ainda submeter os homens recrutados a exames médicos, baseados em critérios bastante racistas, a fim de determinar sua aptidão física para o trabalho nos seringais (Campos, 2006).

Nos abrigos do Semta, do DNI e do Sava, por onde os migrantes transitavam, os inspetores do Sesp não raro constatavam a existência de condições sanitárias precárias, refeições de qualidade duvidosa, quantidade insuficiente de alimentos, água imprópria para consumo e falta de água. Essa situação, aliada às grandes aglomerações que se formavam nesses locais, favorecia a intensa proliferação de doenças que, em alguns casos, chegavam a ser fatais. Os migrantes contraíam principalmente infecções respiratórias, doenças entéricas, disenteria, tuberculose, malária e doenças sexualmente transmissíveis. Às vezes, surtos epidêmicos, como de sarampo e febre tifoide, assolavam estações e abrigos causando muitas mortes, e, no geral, as crianças representavam o número prevalecente de vítimas fatais (Campos, 2006).

A despeito da gravidade da situação e do fato de não conseguir cumprir as metas estabelecidas, o Programa de Migração do Sesp ainda foi mantido até dezembro de 1944, data de seu encerramento oficial. Dentre os saldos do programa podem ser assinalados: as vidas perdidas em nome da “batalha da borracha”; a saúde arruinada dos “soldados da borracha”; o desamparo das famílias, a quem foram negadas as pensões prometidas nos contratos do Semta, uma vez que foram desabonados compromissos e relegados direitos. André Campos calcula que cerca de 36 mil pessoas foram transportadas durante o Programa da Borracha, e que é impossível estimar quantas morreram a caminho do ou no “inferno verde”.

Na obra *Uma comunidade amazônica*, Wagley tece alguns comentários sobre o Programa da Borracha e a política sanitária do Sesp. Afirma que grandes recursos e esforços foram mobilizados para aumentar a produção da borracha por intermédio da Companhia de Desenvolvimento da Borracha dos EUA e do governo brasileiro, e que técnicos e especialistas afluíram para o Vale Amazônico. Exceto por citar o fato de que inúmeros refugiados da seca no Nordeste foram enviados para os seringais amazônicos a fim de suprir a demanda de mão de obra e de salientar que a falta de experiência e prática desses trabalhadores se revelou um fator limitante, Wagley não se refere ao Programa de Migração, no qual desempenhou um papel-chave (Wagley, 1977).

De todo modo, na avaliação de Wagley, a campanha da borracha não foi bem-sucedida. Segundo ele, “a própria natureza da indústria de borracha bruta cria dificuldades a seu desenvolvimento” (Wagley, 1977, p.70), as seringueiras selvagens encontram-se espalhadas pela floresta, dificultando o trabalho de extração, há a necessidade de abertura de novas estradas nos seringais, o que exige um conhecimento do meio que os caboclos amazônicos tinham, porém faltava aos trabalhadores migrantes. O autor menciona ainda um descompasso entre o funcionamento da sociedade amazônica e as ideias que dela faziam os técnicos e administradores que não tiveram tempo para de fato conhecê-la; assim, para Wagley, eles “não compreenderam a força tradicional do sistema comercial da Amazônia, que consideravam muito deficiente e explorador e, portanto, uma barreira à grande produção da borracha” (Wagley, 1977, p.70). O aumento na produção acabou sendo modesto: de 19 mil toneladas, em 1940, para 25 mil, em 1944.

Ainda que reconheça o fracasso da campanha da borracha, Wagley aponta algumas de suas consequências benéficas, como o estabelecimento de programas de cooperação entre Brasil e EUA na região, com destaque para o Sesp. Pela política de saúde pública e saneamento do Sesp, o Vale Amazônico passou a contar com uma rede de postos de saúde e hospitais, com assistência médica para a população, com melhoria nas condições sanitárias e um controle eficiente da malária, por meio do uso do DDT (Wagley, 1977).

O zelo pela saúde da comunidade

Após um período como diretor do Programa de Migração do Sesp e, em seguida, como assistente do superintendente do órgão, Wagley passa a orientar a formulação e implementação dos programas de educação sanitária na Amazônia. Em 1943, havia sido criada a Divisão de Educação Sanitária, que, até o ano seguinte, ficou sob o comando do sanitarista brasileiro Marcolino Candau, quando então este assumiu os cargos de assistente do superintendente do Sesp e de diretor da Divisão Médico-Sanitária, sendo substituído por Charles Wagley na direção da Divisão de Educação Sanitária. Segundo Brito Bastos (1996, p.332), durante a gestão do antropólogo do Iaia imprimiu-se “à atividade uma feição nova, adequada às reais necessidades do meio rural e às condições de vida do homem do interior”.

Wagley foi um dos responsáveis pela experiência dos *slide sounds*, ou “lanterna mágica sonorizada” – dispositivo de projeção usado para levar informações sobre saúde e higiene às pequenas comunidades amazônicas. De fato, seu projeto era fazer do programa de projeção o centro da campanha de educação popular. Considerando que o Sesp concentrava suas ações em áreas cujos índices de analfabetismo estavam entre os mais elevados do país, ele argumentava em favor das vantagens dos recursos audiovisuais sobre o material impresso como recurso educativo.

Vale lembrar que Wagley não foi o primeiro antropólogo que, reconhecendo o potencial pedagógico do cinema, apostou que ele poderia funcionar no Brasil como um instrumento de divulgação de informação e mesmo de transformação de comunidades remotas e carentes do interior do país. Perspectiva similar foi sustentada por Edgard Roquette-Pinto já a partir das primeiras décadas do século XX. A militância do antropólogo do Museu Nacional a favor de uma produção cinematográfica de caráter instrutivo e cívico levou-o, aliás, à direção do Instituto Nacional de Cinema Educativo – órgão criado em 1936, pelo governo Getúlio Vargas, que viabilizou a realização de filmes de divulgação científica, popularização da ciência, prevenção e tratamento de doenças (Schvarzman, 2008). Logo, a iniciativa de Charles Wagley no Sesp contava com exemplos de experiências precedentes de exploração do poder educativo da imagética do cinema. Todavia, ao que parece, no antropólogo estadunidense é mais marcante a preocupação em produzir filmes que sejam apropriados à realidade cultural da população que visa atingir. Nesse sentido, ao refletir sobre a utilização dos *slide sounds*, Wagley relata que “com a produção local, pudemos fazer programas imediatamente adaptáveis a problemas locais, usando costumes, maneiras de falar e cenas locais” (Sesp, 1945b, p.7).¹¹

Com efeito, sob a orientação de Wagley, a Divisão de Educação Sanitária conferiu grande importância ao trabalho de propaganda sanitária e divulgação de informações sobre higiene e saúde. Contudo, como atesta o conteúdo da palestra proferida por ele, e publicada no

Boletim do Sesp de agosto de 1945, o conhecimento das formas científicamente adequadas de cuidado com o corpo e a saúde constituía apenas uma parte do processo educativo mais amplo que visava à mudança dos costumes e hábitos da população com respeito à saúde. Nesse sentido, ele propõe, por exemplo, o treinamento de parteiras e “curiosas” em técnicas médicas simples e seu aproveitamento como intermediárias entre a população e os postos de saúde, com o intuito de incentivar as mulheres a fazer o acompanhamento pré-natal. Finalmente, o antropólogo chama a atenção para a importância de os programas de educação sanitária contarem com a participação da comunidade, e não simplesmente serem impostos a ela.¹²

Quando, em 1946, Wagley regressa aos EUA para assumir a função de docente na Columbia University, o *Boletim do Sesp* registra a homenagem a ele prestada por seus companheiros do Sesp, Sérvulo Lima, Orlando José da Silva e Marcolino Caudau, e apresenta uma síntese bastante positiva da atuação do “jovem sociólogo norte-americano” no serviço:

Dirigindo a Divisão de Educação Sanitária realizou uma obra digna de aplausos e que já tem merecido elogiosas referências de autoridades nacionais e estrangeiras. Levou os meios mais modernos de educação sanitária aos rincões mais afastados do vale amazônico e atraiu para o SESP a confiança e a simpatia da gente simples de nosso *hinterland*. Fez mesmo trabalho de pioneiro neste sentido, realizando tanto no cinema como no rádio trabalhos inteiramente inéditos no Brasil (Sesp, 1946, p.8; destaque no original).

Criada, como já vimos, em 1943, com o propósito de “organizar e supervisionar as atividades educativas dos programas de saúde” (Bastos, 1996, p.332) do Sesp, a Divisão de Educação Sanitária se incumbia de variadas funções, dentre as quais se destacam: a seleção de candidatos do quadro de pessoal do Sesp para receber treinamento especializado em saúde pública em instituições de ensino do Brasil e dos EUA, incluindo oferta de bolsas de estudos; a preparação de material educacional para ser usado pelo Sesp e por outras organizações de saúde brasileiras; o planejamento e execução de atividades de educação sanitária nas diversas regiões em que o serviço bilateral atuava; o treinamento e formação de pessoal auxiliar para assumir tais atividades. Embora, certamente, as sementes que viriam a se tornar as diretrizes do Sesp para a educação em saúde já tivessem sido lançadas nos primeiros anos de operação da Divisão de Educação Sanitária, ela passou por transformações, admitindo o alargamento do leque de tarefas contempladas em seus programas. Assim, se, de início, a propaganda sanitária tinha centralidade na política adotada por essa divisão, como se nota pela ênfase na preparação de material informativo impresso (cartazes e folhetos), na produção audiovisual e exibição de filmes; com o tempo, as atividades privilegiadas passaram a remeter à educação em sua dimensão comunitária, com ações mais diretas, como a realização de palestras dirigidas a grupos específicos formados por mães, gestantes e parteiras leigas; a oferta de cursos de higiene e de profilaxia para professoras primárias rurais, com o uso da escola como espaço de difusão de noções de higiene por meio da organização dos Clubes de Saúde; e os projetos de organização de comunidade. Tanto dentro quanto fora do espaço das unidades sanitárias do Sesp, médicos, enfermeiras e visitadoras sanitárias assumiam a função de agentes educadores para o público geral. Aqui, merece destaque a atuação das visitadoras sanitárias, assim como a dos guardas e auxiliares de saneamento, que em visitas domiciliares inspecionavam a adequada utilização das instalações sanitárias,

verificavam o cumprimento das normas de higiene e abordavam junto às famílias questões relativas à saúde (Penido, s.d.).

Notadamente, o incentivo à participação da comunidade nas ações educativas, presente desde os tempos de Wagley, foi intensificado ao longo da década seguinte, estabelecendo-se como um dos pilares do chamado modelo sespiano de política sanitária, o qual também se pautava, como esclarece Cristina M. O. Fonseca (1989), pela rejeição aos mecanismos autoritários e coercitivos; aposta nos métodos educacionais; priorização das áreas rurais; eleição da família e da comunidade, e não do indivíduo, como alvos privilegiados do trabalho de educação em saúde.

A ênfase na educação sanitária aconteceu na fase de consolidação e expansão dos programas do Sesp, já no pós-guerra, quando a agência passou a estabelecer convênios com os estados e municípios e também com agências federais de fomento ao desenvolvimento regional, como, por exemplo, a Comissão do Vale do São Francisco e a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia. Em decorrência desses acordos, o Sesp converteu-se em uma agência presente em todas as regiões do país. Ocorreu então uma reorientação de suas atividades no sentido da modernização da administração sanitária nacional, e ele passou a investir em obras de engenharia sanitária, intensificou os programas de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, além de dar continuidade à implantação de uma rede horizontal permanente de unidades de saúde pelo Brasil. Aliadas a essas mudanças, seções de educação sanitária de âmbito regional foram organizadas (Bastos, 1996).

A despeito das inovações do Sesp no campo da educação em saúde, alguns dos métodos e hipóteses que guiavam o trabalho do órgão não deixaram de ser questionadas. Nem todos avalizavam a ênfase dos sespianos na difusão de informação como meio privilegiado para a constituição de uma consciência sanitária, nem apostavam, conforme o Sesp, que tal conscientização conduziria à mudança de hábitos e à construção de novos padrões de comportamento pautados em normas de higiene e em recomendações da medicina moderna.¹³

De fato, o Sesp foi alvo de críticas e motivo de controvérsias desde sua criação. De início, a principal acusação era a de que a agência não passava de um instrumento do imperialismo ianque no Brasil, e que, portanto, não atendia às necessidades do país. Essa imagem do Sesp é refutada pelo estudo de André Campos (2006), que demonstra como o controle da agência, apesar da decisiva influência norte-americana, foi sendo apropriado pelos sanitaristas e burocratas brasileiros, e também como as operações do Sesp nas áreas rurais focadas no saneamento básico e em ações preventivas, desde logo associadas à medicina curativa, entraram cada vez mais em sintonia com a agenda sanitária nacional, o que é atestado pela integração do serviço aos programas de valorização econômica e desenvolvimento regional do governo federal.

Afora seu estatuto especial dentro da máquina pública como agência bilateral – o que lhe garantia grande independência orçamentária e administrativa –, e o fato de possuir um quadro de funcionários altamente qualificado e bem pago, outro ingrediente que suscitava considerável oposição ao Sesp era a corrente dominante no órgão que concebia a saúde como um pré-requisito do desenvolvimento. No que tange às abordagens das relações entre saúde e desenvolvimento, o Sesp associou-se claramente à teoria do “círculo vicioso da doença e pobreza”, que preconizava que o predomínio das doenças tropicais comprometia a

produtividade do trabalho, impedia a expansão agrícola nas regiões endêmicas e, portanto, representava um entrave ao processo de crescimento econômico. Consequentemente, o desenvolvimento de uma sociedade dependeria de sua capacidade de erradicar a doença e promover a saúde construindo infraestrutura sanitária e oferecendo atenção biomédica.

Ao aderir à abordagem do círculo vicioso, o Sesp apostou em intervenções em saúde e em educação sanitária para transformar o cenário de atraso e subdesenvolvimento das regiões onde atuava. Todavia, no Brasil, tal abordagem foi duramente criticada pelo sanitarismo desenvolvimentista, corrente que invertia a equação dos sespianos e propugnava que somente mudanças profundas na estrutura socioeconômica de um país poderiam libertá-lo do estado de subdesenvolvimento e, como consequência, criar as condições necessárias para que sua população pudesse alcançar padrões de vida e níveis de saúde elevados e sustentados ao longo do tempo.

Apesar das diferenças de ponto de vista, tratava-se de refletir sobre as interfaces entre saúde e desenvolvimento nacional. O projeto de modernização arquitetado para o país durante os anos em tela também passava pela modernização da saúde pública e, nesse domínio, as controvérsias não conseguem nuclar o fato de que, em várias vertentes, a atuação do Sesp foi precursora. Os programas de saneamento e construção de redes de unidades de saúde executados pelo referido órgão em regiões estrategicamente importantes, como, por exemplo, o Vale do Rio Doce – onde o governo brasileiro havia criado a Companhia Siderúrgica Vale do Rio Doce –, acabavam se coadunando com os planos governamentais de explorar e desenvolver tais regiões. Do mesmo modo, a partir dos acordos estabelecidos com a Comissão do Vale do São Francisco, em 1950, e com a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, em 1953, o Sesp acentuou sua contribuição aos projetos do Executivo de aproveitar o potencial econômico das regiões Nordeste e Amazônica e levar o progresso a elas, por meio de obras de engenharia sanitária, instalação de centros de saúde, oferta de assistência médica, treinamento profissional e programas de educação sanitária. Em outros termos, o Sesp foi responsável pela montagem de uma infraestrutura de serviços e pela provisão de atenção básica para as pequenas localidades das áreas mais subdesenvolvidas do país, representou o Estado junto às populações pobres e desassistidas do interior e elevou ao primeiro plano o trabalho local e cotidiano de saúde pública pautado no princípio de que a doença era um dos grandes entraves ao crescimento econômico (Campos, 2006).

Um estudo de comunidade

Em 1946, Charles Wagley deixa o Sesp, mas em 1948 regressa ao Vale Amazônico acompanhado de sua esposa, Cecília Roxo, do etnólogo Eduardo Galvão e da esposa deste, Clara Galvão, para realizar a pesquisa que resultou no livro *Uma comunidade amazônica* (1953). Localizada no Baixo Amazonas, no Estado do Pará, Gurupá – que no estudo de comunidade recebe o nome de Itá – é a sede de um município que contava, à época do estudo, com a área total de 6.094 quilômetros e população de oito mil habitantes, distribuída entre a cidade e as localidades rurais às margens dos afluentes do rio Amazonas. No centro urbano, entretanto, a população não chegava a quinhentas pessoas.

De fato, Wagley havia conhecido a pequena cidade de Gurupá durante uma das missões exploratórias para o Sesp. Em carta à dona Heloisa datada de 16 de setembro de 1942, Wagley relata essa visita e evidencia que o interesse em estudar a região nasceu naquele momento, segundo indica muito bem o título curioso imaginado por ele para um futuro livro:

Estive fora durante o último mês na baixa Amazônia. Subimos até Santarém por uma semana e descemos o rio lentamente (numa lancha comprada pelo Serviço Sanitário), parando por pouco tempo em Monte Alegre, Parinha, Alemerim, Gurupá, (depois subimos em direção à região das ilhas) Afuá, Anajás, Marajó, Breves etc., etc. A região das ilhas é extremamente interessante e um lugar que deve ser estudado algum dia. Já tenho um título para o livro a ser escrito sobre o povo das ilhas 'Anfíbios humanos da Amazônia'. A impressão principal de toda a viagem através do Pará foi talvez a de ganhar admiração por todo o povo do Nordeste.* Seja lá o que for que tenha sido feito no sentido do progresso, foi feito por nordestinos* (Corrêa, Mello, 2008, p.279; destaque e sinais no original).

Alguns anos depois, em 1945, Wagley regressa àquela localidade por conta do programa de educação sanitária do Sesp, que em 1943 havia inaugurado lá um centro de saúde, e, ao lado do sanitarista Eduardo Catete Pinheiro e do romancista Dalcídio Jurandir, o antropólogo organiza a projeção de *slides sounds* com o objetivo de informar a população sobre os cuidados com a saúde e prevenção de doenças como a malária. Jurandir, que era responsável pelos textos educativos do serviço de saúde, já havia morado em Gurupá, e apresentou Wagley a um círculo de habitantes da cidade, o que facilitou seu futuro trabalho etnográfico.

Contudo, o estudo de comunidade que Wagley realiza sobre Gurupá não foi encomendado pelo Sesp, mas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), e integra um ciclo de pesquisas promovido pelo projeto do Instituto Internacional da Hileia Amazônica (IIHA). O projeto de criação do IIHA foi elaborado pelo químico brasileiro Paulo Estevão de Berrêdo Carneiro, em 1945, e previa a criação, na Amazônia, de um laboratório de ciências de caráter internacional, com o propósito de desenvolver a pesquisa científica local (Maio, Sá, 2000).

É significativo que *Uma comunidade amazônica* tenha sido concebida dentro do projeto de criação do IIHA por conta das propostas e controvérsias por ele catalisadas. Segundo Maio e Sá (2000), o objetivo do IIHA, de acordo com o que Carneiro idealizou, era desenvolver a pesquisa científica na Amazônia a partir do reconhecimento do saber local e, com isso, trazer os benefícios da civilização e do desenvolvimento para a região. A Unesco, seguindo o princípio de que se deveria irradiar a ciência do centro para a periferia, avalizou a proposta, mas logo surgiram desacordos entre a organização – que defendia a Amazônia como sede de uma estação internacional de ciência pura sob sua coordenação – e os sul-americanos – empenhados em aliar pesquisa básica e aplicada tendo como perspectiva a superação dos problemas regionais. Enfraquecido pelos impasses gerados e pela falta de apoio, o projeto acabou não se concretizando, sendo abandonado em 1951. Os autores apontam que os principais fatores que comprometeram o projeto e inviabilizaram sua implantação foram a falta de entrosamento do projeto com as comunidades científicas sul-americanas, a dificuldade da recém-criada Unesco em arbitrar as disputas e interesses em jogo, além da polarização política em torno do projeto, evidenciada pela manutenção de posicionamentos nacionalistas

de desconfiança quanto ao interesse internacional pela Amazônia e de posturas receptivas às formas de cooperação internacional em prol do desenvolvimento regional (Maio, Sá, 2000).

O projeto do IIHA aglutinou questões que estavam em pauta no contexto do pós-guerra, como a cooperação científica internacional, a transferência dos modelos de ciência dos países desenvolvidos para o Terceiro Mundo, o desenvolvimento socioeconômico, o papel social dos cientistas e a ciência aplicada. Tais questões parecem povoar também o universo de preocupações de Wagley, e, de alguma forma, atravessam *Uma comunidade amazônica*.

Para Wagley, Gurupá funciona como um “laboratório de estudos de uma cultura regional” (Wagley, 1977, p.40). A região é a Amazônia brasileira, definida como uma das áreas tropicais mais pobres do planeta. Wagley discute os principais problemas que a região apresenta e que a caracterizariam como subdesenvolvida, tais como: os elevados índices de analfabetismo e de mortalidade infantil, as condições sanitárias precárias, a dieta alimentar deficiente, a desnutrição, a alta incidência de doenças, especialmente as tropicais como a malária, a estagnação econômica, a carência de técnicas avançadas e a economia extrativista. Em outras palavras, o subdesenvolvimento aparece como o apanágio principal do Vale Amazônico na descrição do antropólogo, mas ele acredita que seu vasto território, tão fraco e esparsamente povoado, tenha sido pouco explorado pelo homem e conserve recursos desconhecidos. Assim, a Amazônia também é representada como uma fronteira que encerra ainda um potencial para colonização e exploração.¹⁴

Contrapondo-se às argumentações pessimistas que colocam o clima como obstáculo incontornável e condenam a Amazônia a permanecer impermeável ao domínio humano como uma espécie de “inferno verde”, Wagley declara que o atraso da região tem suas raízes nas estruturas culturais, políticas e econômicas, e não no ambiente físico, e, portanto, tal condição seria superável. A solução para o problema amazônico dependeria da introdução da ciência e da técnica das áreas desenvolvidas como instrumentos propulsores da reforma do sistema econômico de base extrativista e da melhoria das condições sociais. Todavia, o antropólogo adverte que “Qualquer programa destinado a introduzir a técnica moderna e a indústria no meio de um povo ‘atrasado’ terá que considerar as extensas modificações sociais e culturais que elas implicam” (Wagley, 1977, p.38; destaque no original).

A confiança no potencial da ciência e da tecnologia modernas em propiciar o desenvolvimento e o bem-estar dos países do Terceiro Mundo estava longe de ser uma prerrogativa de Wagley. Tal era a convenção central estabelecida pelo regime de desenvolvimento em torno do qual se organizou a assistência técnica internacional no pós-guerra. Tratava-se de um contexto em que o desenvolvimento correspondia ao paradigma dominante, passando a orientar tanto a política de assistência externa norte-americana, consubstanciada no Ponto IV,¹⁵ quanto os programas da Organização das Nações Unidas dirigidos ao Terceiro Mundo (Escobar, 1995).

Mas a preocupação de Wagley, em consonância com a antropologia da época, também se voltava para o impacto das intervenções desenvolvimentistas; daí sua defesa de que o conhecimento exaustivo da cultura da comunidade na qual as transformações teriam lugar seria de vital importância para o sucesso dos programas de assistência técnica e desenvolvimento regional. Assim, ele afirma: “O conhecimento do modo de vida do homem da Amazônia fornecerá os indícios do que deverá ser modificado para que possam ser melhorados os padrões de vida. Esse conhecimento nos permitirá prever algumas das

reações que não poderão deixar de provocar a introdução de novos elementos na cultura amazônica" (Wagley, 1977, p.36).

Isso porque, segundo o antropólogo, alguns conflitos seriam inevitáveis; contudo, se os programas de mudança se pautassem pela preocupação em conservar muitos dos "valores e instituições da velha e tradicional maneira de viver" da comunidade, assim como pelo intuito de integrar os novos conceitos ao modo de vida existente, seria possível evitar o processo de desorganização social (Wagley, 1977, p.277). Nesse sentido, fica evidente o valor de *Uma comunidade amazônica*: "Uma das grandes contribuições que a antropologia oferece aos programas de assistência técnica decorre de seus métodos de pesquisa e do objetivo tradicional dessas pesquisas. Uma das grandes forças da antropologia social como disciplina científica reside no conhecimento profundo e detalhado que adquire o investigador sobre o pequeno grupo demográfico que estuda" (Wagley, 1977, p.251-252).

Com efeito, Wagley não estava sozinho em sua convicção de que o esquadriamento socioantropológico da realidade social das pequenas localidades rurais e ribeirinhas do país poderia ser de utilidade para os projetos de mudança social programada e desenvolvimento, dirigidos às comunidades do interior. Assim, para extraír todo o sentido das afirmações do autor, pode ser útil situá-las em seu contexto e chamar a atenção para o fato de que, por volta dos anos 1950, a investigação social conduzida no Brasil passou a orientar-se tanto pela preocupação com o conhecimento empírico da realidade nacional quanto pelo interesse em desvendar os processos de mudança sociocultural e as tensões da transição para a modernidade (Ianni, 1989). Essa nova pauta de pesquisa foi incorporada, por exemplo, pelos estudos de comunidade – realizados no país por autores brasileiros e estrangeiros –, e sua emergência não deixou de se aproximar tanto das iniciativas do Estado nacional de expandir seu aparato pela interiorização dos serviços públicos, de lançar projetos de modernização do mundo rural e de promover a valorização econômica das áreas mais subdesenvolvidas do país, quanto com a agenda internacional de investimento em programas de assistência técnica e desenvolvimento que se impôs no pós-guerra. Nesse sentido, vale a observação de Oracy Nogueira (1955, p.98) de que:

Do ponto de vista prático, espera-se que os estudos de comunidade, contribuindo para um conhecimento mais aprofundado e mais minucioso da realidade nacional, permitam uma eficiência maior ao trabalho de todos aqueles técnicos que, pelo caráter de suas atividades, são, ao mesmo tempo, agentes de mudança social e cultural: o agrônomo, o médico, especialmente o sanitarista, o educador e outros. A visão funcional que os estudos de comunidade proporcionam da vida social parece sugerir espontaneamente a necessidade de uma ação coordenada e cooperativa desses diferentes especialistas, quando tenham de atuar na mesma área e sobre o mesmo grupo populacional.

O caráter instrumental dos estudos de comunidade propostos na época é atestado pela realização de projetos coletivos de pesquisa que visavam subsidiar a formulação de políticas públicas e que se articulavam com programas governamentais de desenvolvimento. Esse foi o caso do Projeto do São Francisco, arquitetado pelo sociólogo Donald Pierson, e iniciado em 1950 a partir de um convênio estabelecido entre a Escola Livre de Sociologia e Política, o Instituto de Antropologia Social da Smithsonian Institution e a Comissão do Vale do São Francisco. O objetivo dos estudos era retratar o modo de vida das populações do vale, dando

prioridade aos “processos educacionais e à medicina popular”, e oferecendo um quadro da extensão da mudança social que estava em andamento na região (Pierson, 1972). O escopo do projeto atendia à demanda do Estado brasileiro de informações sobre a situação no vale, já que a área era o cenário de um amplo programa de desenvolvimento regional que incluía projetos hidrelétricos, de irrigação e exploração econômica, além da execução de programas sociais e da expansão de serviços públicos.

De modo análogo, os estudos socioantropológicos patrocinados tanto pelo Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), entre 1955 e 1961, quanto pelo Sesp, a partir de 1951, tinham como finalidade fornecer subsídios para orientar intervenções nos campos da saúde e da educação. Em resumo, tratava-se de um contexto nacional notadamente favorável à colaboração entre ciências sociais e administração pública.

No mesmo período, dentro do campo da antropologia norte-americana, tradição na qual Wagley se formara, estavam em andamento iniciativas muito mais ousadas de aplicação da antropologia. A Segunda Guerra Mundial já havia descortinado novos campos de aplicação para a disciplina, como a política externa, e, no pós-guerra, projetos de mudança cultural dirigida e desenvolvimento de comunidade passaram a contar com a participação de antropólogos. Entre programas desse tipo lançados na época, destacamos o Projeto Tarascan (1940-1947), desenvolvido no México, com a participação de antropólogos mexicanos e norte-americanos, e o Projeto Cornell-Vicos, cujo planejamento teve início em 1949 e foi conduzido no Peru, sob a liderança norte-americana até meados dos anos 1960 (Bastide, 1979; Foster, 1974).

É provável que o debate instaurado em torno dos usos do conhecimento antropológico para a resolução de problemas práticos, assim como dos experimentos em antropologia aplicada e da incorporação de antropólogos a programas de desenvolvimento de comunidade, possa ter tangenciado as reflexões de Wagley sobre o problema do desenvolvimento da região amazônica e o papel da antropologia social, já que, em alguns momentos, ele enseja um posicionamento cauteloso, conforme no trecho a seguir:

Através deste livro, oferecemos uma série de sugestões que poderão ser úteis aos administradores e técnicos que trabalham nas comunidades rurais do Vale Amazônico. Não foram, entretanto, apresentadas de forma explícita as contribuições mais importantes da antropologia. Ocupou-se este livro com a cultura de Itá [Gurupá], e o conceito antropológico da cultura é a mais importante contribuição que a antropologia pode oferecer aos programas de assistência técnica (Wagley, 1977, p.251).

Finalmente, a visão um tanto conservadora de Wagley quanto à contribuição da antropologia aos programas de desenvolvimento – restrita à produção dos estudos clássicos da cultura – não se repete quando a questão é o papel dos EUA no campo da assistência técnica internacional. A leitura do livro deixa evidente que seu autor vê com bons olhos a aproximação entre seu país natal e o Brasil, iniciada pelo contexto de guerra, e supunha que ela prometia ser benéfica tanto para o Brasil, que passava a contar, pelos programas bilaterais de cooperação, com assistência financeira e técnica, quanto para os EUA, que asseguravam esse importante país dentro de sua esfera de influência. Nesse sentido, uma região subdesenvolvida como o Vale Amazônico poderia ser favorecida pelo fato de atrair os interesses internacional

e nacional, e ele, como antropólogo, poderia contribuir fornecendo um inventário dos problemas da região e um retrato de sua cultura tradicional. Os interesses imperialistas dos EUA, no sentido de alargar e consolidar a influência norte-americana na região e de obter vantagens econômicas pela exploração capitalista de recursos e matérias-primas estratégicos, certamente não deviam escapar a Wagley, mas o que ele ressalta no texto de *Uma comunidade amazônica* é a oportunidade de desenvolver a Amazônia, de melhorar as condições de vida da população, de investir em assistência médico-sanitária e em educação sanitária. Se, para ele, o progresso das regiões subdesenvolvidas dependia tão somente da extensão dos “conhecimentos e habilidades técnicas que parte do mundo já possui à outra metade que ainda não os tem” (Wagley, 1977, p.22), então os EUA, na condição de uma superpotência, não poderiam se abster de ajudar, mesmo que fossem movidos pelos próprios interesses e pressionados pela ameaça que pobreza e exclusão podiam representar. Em suas palavras:

Extensas áreas do globo, habitadas por povos subnutridos, não industriais, pareciam-nos, outrora, de pouca importância para o nosso próprio bem-estar. Mas, aos poucos, fomos compreendendo que a luta destes povos afetava todo o mundo. Em 1949 o presidente Truman revelou ao público o problema que constituem essas áreas, tanto para os povos que as habitam, como para aqueles mais afortunados que vivem nos países tecnicamente adiantados (Wagley, 1977, p.22).

Notadamente, da mesma forma que a cooperação hemisférica atravessou os anos da Guerra Fria, Wagley continuou se engajando em projetos conveniados, como o Bahia-Columbia (1950) e o MEC-Usaid (1963) – celebrados entre o Ministério da Educação e, respectivamente, a Columbia University e a United States Agency for International Development –, os quais aliavam a produção de conhecimento à proposta de intervenção na realidade social, por meio da reformulação de políticas públicas nas áreas de educação e saúde. Além disso, ele permaneceu um inveterado endossante dos programas norte-americanos de ajuda dirigidos aos vizinhos latinos, como a “Aliança para o Progresso”, que ele acreditava poderem funcionar como instrumento para a transformação do sistema socioeconômico brasileiro, contando com o apoio das elites nacionais. Reformas eram necessárias, a fim de evitar o perigo de revoluções sociais fomentadas pela situação de desigualdade social e pobreza extrema enfrentada por países da América Latina (Rosa, 1993). Ilustra esse ponto de vista a preocupação expressa por Wagley (1965) em *An introduction to Brazil* quanto ao potencial revolucionário de movimentos sociais como as Ligas Camponescas, por exemplo, cujos líderes, identificados como comunistas e pró-Castro, poderiam canalizar a insatisfação popular com o meio físico e social adverso do Nordeste para fins políticos. No livro ele chega a alertar que o problema dos camponeses do Brasil não deveria ser subestimado pelos EUA.¹⁶

Considerações finais

Ao que parece, Wagley não empreendeu uma reflexão ou um balanço escrito sobre sua participação nos programas de migração e de educação Sanitária do Sesp. A atuação no Sesp é rapidamente mencionada no prefácio de *Uma comunidade amazônica*, no qual o autor comenta que, mediante aquela experiência, ele pôde conhecer a sociedade brasileira e seus

problemas. Sobre a dupla condição de antropólogo e administrador, ele pondera que sua formação antropológica teria contribuído para o enfrentamento de questões de planejamento e administração, e o conhecimento dos problemas práticos do Brasil teria expandido seu interesse científico pelo país (Wagley, 1977).

No entanto, a despeito da inexistência tanto de testemunhos do próprio autor sobre o que significou a experiência de atuar no Sesp com o foco voltado para a intervenção quanto de uma problematização dos programas conduzidos com sua ajuda, o fato de Wagley ter expressado sua crença no desenvolvimento e no papel da ciência, apostando inclusive que a antropologia tinha uma contribuição a oferecer aos programas de desenvolvimento, parece ser um indicativo do que representava para ele o envolvimento em atividades práticas. Ele afirma que:

A melhoria das condições econômicas e sociais das chamadas áreas subdesenvolvidas do mundo exigirá a cooperação de uma grande variedade de especialistas, bem como de conhecimentos sobre toda a vasta extensão da ciência moderna. Necessitará do concurso de engenheiros, sanitários, enfermeiras, agrônomos, educadores e outros técnicos em ciências aplicadas. Serão indispensáveis estudos e pesquisas por especialistas em outros ramos das ciências sociais e das humanidades. Os complexos problemas com que se defronta não poderão ser resolvidos por qualquer disciplina científica isolada. Como outros ramos da ciência, a antropologia tem uma grande contribuição a fazer. Não oferece qualquer panaceia, mas possui um ponto de vista e u'a [sic] massa de conhecimentos sobre o comportamento humano que serão de grande utilidade para todos os que de algum modo são responsáveis pelos programas de desenvolvimento econômico e assistência técnica (Wagley, 1977, p.250-251).

Desse modo, reconhece que o estudo da cultura, especialidade do antropólogo, seria de inestimável valor para administradores e formuladores de políticas de desenvolvimento, uma vez que poderia identificar os obstáculos e resistências à mudança, assim como prever os efeitos das inovações e dos novos rumos tomados pela sociedade. Ainda é interessante que Wagley chame a atenção para os resultados imprevistos e danos graves desencadeados por programas de assistência técnica que desconsideraram os fatores culturais e sociais envolvidos, mas não faça qualquer referência às consequências negativas do Programa de Migração do Sesp. Essa omissão indica que teria prevalecido um retrospecto favorável tanto à sua participação no programa sanitário interamericano quanto aos resultados alcançados por ele.¹⁷

Todavia, a despeito dessa visão positiva do papel da antropologia na assistência técnica, da crença na necessidade de intervenção nas nações atrasadas e do otimismo quanto ao desenvolvimento da Amazônia que está expresso em seu estudo sobre a região, Wagley não enveredou para o campo da antropologia aplicada que estava em franca expansão em sua época. Em contraste com outros antropólogos incorporados pelo Iaia, como George Foster, Kalervo Oberg e Charles Erasmus, que se converteram em pioneiros no tocante à aplicação da antropologia ao campo da saúde internacional (Foster, 1974) e continuaram a atuar como consultores de organizações bilaterais e multilaterais e a trabalhar diretamente para o aperfeiçoamento de programas de desenvolvimento, Wagley, por sua vez, obteve renome dentro da academia, e o engajamento nos esforços de guerra continuou sendo sua experiência mais radical de ativismo político, apesar de, ao longo da carreira, como

já mencionamos, ele ter permanecido inclinado a contribuir com projetos cooperativos de pesquisa que previam o uso do conhecimento antropológico para a formulação de políticas sociais.

Em resumo, a atuação do norte-americano no Sesp não é lembrada como um exemplo da contribuição da antropologia para o campo da assistência técnica ou para os programas interculturais de saúde, e talvez para isso tenha contribuído o fato de Wagley ter produzido somente *surveys* e breves relatórios sob encomenda do Iaia, mas nenhum estudo propriamente etnográfico. Além disso, ele não elegeu os serviços sanitários do Sesp como objeto de pesquisa, nem desenvolveu trabalhos no campo da antropologia aplicada à saúde pública. Contudo, é preciso reconhecer que o legado deixado pela atuação de Wagley na direção da Divisão de Educação Sanitária do Sesp certamente contribuiu para a criação da Seção de Pesquisa Social dentro daquele departamento, alguns anos depois, em 1953, oficializando o uso de estudos socioantropológicos para a eficácia das políticas de educação em saúde no Brasil.

AGRADECIMENTOS

Ao professor Luiz Antonio de Castro Santos por ter chamado a minha atenção para a amizade entre Wagley e o romancista Dalcídio Jurandir.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo apoio durante o mestrado; à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e à Smithsonian Institution pelo apoio durante o doutorado.

NOTAS

* Este artigo foi escrito com base na minha dissertação de mestrado (Figueiredo, 2004) defendida na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) sob a orientação da professora Mariza Corrêa, e em parte na minha pesquisa de doutorado desenvolvida na mesma universidade (Figueiredo, 2009).

¹ Essa descrição é baseada em relatos publicados no *Boletim do Sesp*: “A experiência dos *slide sounds* na Amazônia” (Sesp, 1945a, 1945b).

² Charles Wagley (1913-1992) veio para o Brasil em 1939, com uma bolsa da Fundação Rockefeller, por meio de um convênio com o Museu Nacional. Aqui, ele conduziu estudos entre os índios Tapirapé e Tenetehara, iniciou alguns estudantes do Museu nas técnicas de pesquisa antropológica e, durante a guerra, esteve vinculado ao Serviço Especial de Saúde Pública (Sesp). Ao regressar aos EUA, tornou-se professor da Columbia University (Rosa, 1993; Figueiredo, 2004).

³ A Smithsonian Institution foi fundada em 1846, em Washington, pelo congresso norte-americano, com a fortuna deixada pelo milionário inglês James Smithson para que os EUA criassesem uma organização para a difusão do conhecimento; a instituição corresponde a um complexo de museus e centros de pesquisa em áreas como ciências naturais, geografia, etnologia e arqueologia.

⁴ No caso da iniciativa do Iaia, os antropólogos norte-americanos do Institute of Social Anthropology (ISA) que avaliaram os serviços sanitários cooperativos tornaram-se reconhecidamente pioneiros no campo da antropologia médica aplicada, então em constituição. No caso do Sesp, a iniciativa reuniu o antropólogo norte-americano Kalervo Oberg (pesquisador do ISA e professor da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo) e os cientistas sociais Luiz Fernando Raposo Fontenelle e José Arthur Rios.

⁵ A associação da disciplina ao campo da saúde pública sob a chave das políticas de desenvolvimento não é abordada aqui, mas foi objeto da minha pesquisa de doutorado (Figueiredo, 2009).

⁶ Ver as cartas trocadas no período entre Wagley e Torres organizadas por Mariza Corrêa e Januária Mello (2008).

⁷ Nesta e nas demais citações de textos em inglês, a tradução é livre.

⁸ A carta também revela a intenção de Wagley de conseguir a contratação de Eduardo Galvão como seu assistente, o que acabou não se concretizando dada a recusa do etnólogo brasileiro.

⁹ Embora identifique uma situação favorável à emigração, Wagley contraria as previsões mais otimistas da Rubber Company quanto ao volume de migrantes: “A maioria dos refugiados com que conversamos não sabia da possibilidade de migração subsidiária, e muitos disseram que, se isso ocorresse, poderiam migrar. Estou certo de que, se as ‘estações de recrutamento’ fossem estabelecidas no interior, de acordo com um plano em andamento, e se fosse divulgado que atenção médica, passagens gratuitas e bons salários estariam disponíveis no Pará, haveria 30.000, ou talvez mais, migrantes aptos a ir para o Amazonas dentro dos próximos doze meses. Uma vez que as famílias são notavelmente extensas no Ceará, isso significa que somente 8 a 10.000 trabalhadores homens iriam, no máximo. Essa estimativa de 30.000 é apenas sobre o número que os atuais meios de transporte podem suportar. Este número difere radicalmente dos 100.000 ou 150.000 esperados, de uma só vez, para o próximo ano pela Rubber Reserve Company” (Wagley, 1942b, p.1-5).

¹⁰ “Minha opinião é que 1) os imigrantes deveriam ser fixados à terra, tendo direito a ela; 2) que eles deveriam ser mantidos livres de dívidas com os comerciantes e grandes proprietários locais por meio de um sistema de cooperativas controladas, que 3) sempre que possível, os imigrantes deveriam ser estabelecidos onde pudessem simultaneamente coletar a borracha e plantar para sua própria subsistência, e que 4) tais cooperativas deveriam ser financiadas e controladas por alguma agência independente” (Wagley, 1942c, p.6).

¹¹ Segundo informação do professor Luiz Antonio Castro Santos, a Fundação Rockefeller já havia utilizado recursos audiovisuais em campanhas sanitárias. Sobre o projeto para recuperação do acervo cinematográfico do Sesp, conduzido pela Fiocruz, ver Guimarães et al. (2010).

¹² Efetivamente, o Sesp, cujos esforços estiveram voltados à adequação das técnicas sanitárias avançadas ao nível sociocultural local, acabou optando pela política de atrair as parteiras para cursos e palestras ministrados por enfermeiras ou visitadoras sanitárias a fim de instruí-las a respeito das técnicas modernas de trabalho de parto e de cuidados com a parturiente e com o recém-nascido. O objetivo maior, contudo, era converter a parteira em uma auxiliar do parto normal, restringir seu papel e convencê-la de que, em caso de qualquer complicação, deveria recorrer ao médico – de fato, o único profissional realmente habilitado para executar tal tarefa. A pesquisa do antropólogo Luiz Fernando Raposo Fontenelle (1959), contratado pelo Sesp no início dos anos 1950, revelou, entretanto, que nem sempre essa iniciativa foi bem-sucedida, pois havia baixa assiduidade aos cursos e considerável rejeição por parte das parteiras ao adestramento médico.

¹³ A educadora em saúde Hortência de Hollanda, em depoimento concedido a Schall (1999), oferece um exemplo de dissidência com relação ao modelo sespiano.

¹⁴ Nas palavras do autor: “Essas áreas tropicais menos populosas, como o Vale Amazônico, são, na realidade, fronteiras. Atraem nosso interesse, não só pela luta dos povos que as habitam, como também por seus recursos inexplorados, suas terras ainda virgens, e o potencial que encerram para futuras colonizações” (Wagley, 1977, p.23). Para a discussão dos problemas que a representação da Amazônia como fronteira enseja, ver Colby (1998).

¹⁵ O Ponto IV foi lançado em 1949, nos EUA, pelo governo Truman como um programa de ajuda econômica e assistência técnica com o propósito de transferir capital, ciência e tecnologia da nação mais rica e poderosa do planeta para as nações pobres.

¹⁶ Cabe aqui a ressalva de que Wagley era um liberal e que suas preocupações não fazem dele um anticomunista. Ao contrário, como relata David Price (2004, p.193): “Quando Chuck Wagley se candidatou a uma posição na Unesco em 1955, o [Federal Bureau of Investigation] FBI gerou um relatório de 232 páginas sugerindo que ele tinha abraçado algumas tendências comunistas”. Documentos secretos pesquisados por Price mencionariam ainda a associação do antropólogo com indivíduos radicais e subversivos – o que pode ser uma referência às relações próximas que ele manteve, por exemplo, com a professora Gene Weltfish, contra a qual o FBI moveu intensa campanha que determinou sua saída da Columbia University, e com o romancista Dalcídio Jurandir, um notório militante comunista.

¹⁷ Segundo o depoimento da filha de Wagley, ele sentia muito orgulho por ter ganhado a Medalha de Guerra e o Cruzeiro do Sul do Brasil em reconhecimento ao trabalho no Sesp (Kottak, 2007, p.76).

REFERÊNCIAS

- BASTIDE, Roger.
Antropologia aplicada. São Paulo: Perspectiva. 1979.
- BASTOS, Nilo Chaves de Brito.
SESP/FSESP: evolução histórica, 1942-1991. Brasília: Fundação Nacional de Saúde. 1996.
- CAMPOS, André L.V.
Políticas internacionais de saúde na Era Vargas: o Serviço Especial de Saúde Pública, 1942-1960. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. 2006.
- COLBY, Gerard.
Seja feita a vossa vontade: a conquista da Amazônia: Nelson Rockefeller e o evangelismo na Idade do Petróleo. Rio de Janeiro: Record. 1998.
- CORRÊA, Mariza; MELLO, Januária (Org.).
Querida Heloisa/Dear Heloisa: cartas de campo para Heloisa Alberto Torres. Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu. Série Pesquisa. Campinas: Unicamp. 2008.
- ESCOBAR, Arturo.
Encountering development: the making and unmaking the Third World. Princeton: Princeton University Press. 1995.
- FIGUEIREDO, Regina Érika D.
Histórias de uma antropologia da boa vizinhança: um estudo sobre o papel dos antropólogos nos programas interamericanos de assistência técnica e saúde no Brasil e no México (1942-1960). Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2009.
- FIGUEIREDO, Regina Érika D.
Cuidando da saúde do vizinho: as atividades de antropólogos norte-americanos no Brasil. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2004.
- FONSECA, Cristina M.O.
As propostas do Sesp para educação e saúde na década de 50 – uma concepção de saúde e sociedade. *Cadernos da Casa de Oswaldo Cruz*, v.1, n.1, p.51-58. 1989.
- FONTENELLE, Luiz Fernando Raposo.
Análise antropológica de um programa de saúde. Rio de Janeiro: Departamento Administrativo do Serviço Público. 1959.
- FOSTER, George.
Antropología aplicada. México: Fondo de Cultura Económica. 1974.
- GUIMARÃES, Maria Cristina Soares et al.
Educação Sanitária em 16mm: memória audiovisual do Serviço Especial de Saúde Pública. Sesp. *Interface*, v.14, n.32, p.23-34. 2010.
- HENSON, Pamela.
The Smithsonian goes to war: the increase and diffusion of scientific knowledge in the Pacific. In: MacLeod, Roy M. *Science and the Pacific War*. Great Britain: Kluwer Academic Publishers. 2000.
- IANNI, Otávio.
Sociologia da sociologia: o pensamento sociológico brasileiro. São Paulo: Ática. 1989.
- KOTTAK, Isabel (Betty) Wagley.
Lembrança do meu pai, Charles Wagley. In: Pereira, Cláudio L.; Sansone, Livio (Org.). *Projeto Unesco no Brasil: textos críticos*. Salvador: EDUFBA. 2007.
- MAIO, Marcos Chor; SÁ, Magali Romero.
Ciência na periferia: a Unesco, a proposta de criação do Instituto Internacional da Hileia Amazônica e as origens do INP. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v.6, supl., p.975-1017. 2000.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom.
Visita ao velho senhor: Charles Wagley. *Revista da Universidade de São Paulo*, n.5. 1987.
- NOGUEIRA, Oracy.
Os estudos de comunidades no Brasil. *Revista de Antropologia*. v.3, p.95-103. 1955.
- PENIDO, Henrique Maia.
Relatório Final do Sesp 1942-1960, ao representante da Usom no Brasil. Fundo FSESP, COC, FIOCRUZ, BR. FIOCRUZ-COC/FSESP/A/00/OP/00/127 (Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro). s.d.
- PIERSON, Donald.
O homem no Vale do São Francisco. Rio de Janeiro: Superintendência do Vale do São Francisco (Suvale), Ministério do Interior. 1972.
- PRICE, David H.
McCarthyism and the FBI's Surveillance of Activist Anthropologists. Durham; London: Duke University Press. 2004.
- ROSA, Francisco Tadeu Ribas Santos.
A Aliança e a diferença: uma leitura do itinerário intelectual de Charles Wagley. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 1993.
- SCHALL, Virgínia.
Alfabetizando o corpo: o pioneirismo de Hortênsia de Hollanda na educação em saúde. *Cadernos de Saúde Pública*, v.15, supl.2, p.149-159. 1999.

SCHVARZMAN, Sheila.

Edgard Roquette-Pinto e o cinema. In: Lima, Nísia Trindade; Sá, Dominichi Miranda de. *Antropologia brasiliiana: ciência e educação na obra de Edgard Roquette-Pinto*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. 2008.

SESP.

Serviço Especial de Saúde Pública. *Boletim do Sesp*, n.34. 1946.

SESP.

Serviço Especial de Saúde Pública. *Boletim do Sesp*, n.24. 1945a.

SESP.

Serviço Especial de Saúde Pública. *Boletim do Sesp*, n.25. 1945b.

WAGLEY, Charles.

Uma comunidade amazônica: estudo do homem nos trópicos. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1.ed. 1953. 1977.

WAGLEY, Charles.

An introduction to Brazil. New York; London: Columbia University Press. 1.ed. 1963. 1965.

WAGLEY, Charles.

Letter to Steward, October 5, 1942. Records of Institute of Social Anthropology Smithsonian Institution 1942-1952, National Anthropological

Archives/NAA, Series 5 Areal Subject Files, Folder: Brazil General 1942-51, Box 12 (Smithsonian Museum Support Center, Suitland). 1942a.

WAGLEY, Charles.

Letter to Bernard Krug, Ceará Drought Situation, November 18, 1942, attachment n.10 to Report of the Field Party, Brasil, November 4, 1942. RG 229, Department of Basic Economy, Health and Sanitation Division, Monthly Progress Reports of Field Parties (E-143), Brazil, Box 1599 (National Archives and Records Administration, College Park). 1942b.

WAGLEY, Charles.

Letter to Kenneth Waddell, Labor Immigration from Northeastern Brasil, September 1, 1942. RG 229, Department of Basic Economy, Health and Sanitation Division, Monthly Progress Reports of Field Parties (E-143), Brazil, Box 1599 (National Archives and Records Administration, College Park). 1942c.

YANS-MCLAUGHLIN, Virginia.

Science, Democracy, and Ethos: mobilizing Culture and Personality for World War II. In: Stocking Jr., George W. (Org.). *Malinowski, Rivers, Benedict and Others. Essays on Culture and Personality*. History of Anthropology. v.4. London: The University of Wisconsin Press. 1986.

